

# COOPERAÇÃO ANGOLA-CHINA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA: ANÁLISE DE IMPACTOS PARA ANGOLA<sup>1</sup>

Agostinho Inácio de Andrade Alfredo<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal analisar a cooperação China-Angola na área de infraestrutura, e os impactos desta no desenvolvimento de Angola. Para a sua construção foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico e também de pesquisa de campo, priorizando a metodologia qualitativa para a análise dos dados. Foram realizadas ainda análises de discursos e documentais, utilizando um conjunto bibliográfico de trabalhos sobre o tema em questão bem como documentos legais. Após esta análise foi possível identificar o incentivo ou reforço dos laços diplomáticos entre ambos países. No entanto, o ambiente de aproximação da República Chinesa com os países Africanos engloba uma pluralidade de interesses e coordena diversas ponderações táticas e estratégicas. Identificou-se ainda que, para a população angolana, as obras oferecidas pela China não são duradouras. A China, por sua vez, não intervém nas questões políticas internas do país e a questão da não imposição de condicionalidades, na maioria dos casos, leva os governantes africanos, particularmente, angolanos, a privilegiarem este modelo de cooperação. Destaca-se ainda que é necessário reforçar estratégias que possam prevenir novos casos de infraestrutura com durabilidade de curto prazo, substituindo por uma durabilidade qualificada e com garantia para sociedade local. O trabalho reflete assim, através da análise da cooperação no âmbito da infraestrutura, sobre a relações entre a China e Angola.

**Palavras-chave:** Angola - Relações econômicas exteriores. China - Relações econômicas exteriores. Infraestrutura (Economia) - Angola.

## ABSTRACT

This article's main objective is to analyze China-Angola cooperation in the area of infrastructure, and its impacts on Angola's development. For its construction, bibliographical research and field research were carried out, prioritizing a qualitative methodology for data analysis. Discourse and documentary analyzes were also carried out, using a bibliographical set of works on the topic in question as well as legal documents. After this analysis, it was possible to identify the encouragement or reinforcement of diplomatic ties between both countries. However, the environment of rapprochement between the Chinese Republic and African countries encompasses a plurality of interests and coordinates different strategic and strategic considerations. It was also identified that, for the Angolan population, the works offered by China are not rigorous. China, in turn, does not intervene in the country's internal political issues and the issue of not imposing conditionalities, in most cases, leads African governments, in particular, Angolans, to favor this model of cooperation. It is also important to highlight that it is necessary to reinforce strategies that can prevent new cases of infrastructure with short-term durability, improving due to impaired durability and with guarantees for local society. The work thus reflects, through the analysis of cooperation in the scope of infrastructure, on relations between China and Angola.

**Keywords:** Angola - Foreign economic relations. China - Foreign economic relations. Infrastructure (Economy) - Angola.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

A cooperação entre Angola e China tem se intensificado ao longo dos anos, especialmente no campo da infraestrutura. A China tem desempenhado um papel significativo no financiamento e na construção de projetos de infraestrutura em Angola, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com Morais (2011), esse ambiente de aproximação da República Chinesa com os países Africanos engloba uma pluralidade de interesses e coordena diversas ponderações táticas e estratégicas.

Com o fim da guerra civil em Angola, em 2002, e a rejeição do pedido de ajuda pelos países doadores, a política externa chinesa encontrou um parceiro em busca de auxílio. Nesse contexto, a resposta chinesa foi adequada às preocupações de desenvolvimento e à necessidade de investimentos estrangeiros em Angola (Miguel, 2014). No entanto, é importante compreender os impactos dessa cooperação para Angola, tanto em termos econômicos quanto sociais.

A pesquisa da qual derivou este artigo teve como objetivo principal analisar a cooperação Angola-China na área de infraestrutura, e os impactos desta no desenvolvimento de Angola. Deste modo partimos da seguinte pergunta de pesquisa: *Quais são os impactos da cooperação Angola-China na área de infraestrutura e como eles influenciam o desenvolvimento econômico e social de Angola?* No intuito de cumprir o objetivo geral estabelecido, e responder à pergunta de pesquisa, elencamos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar as principais razões que levam à cooperação do governo chinês em Angola; (2) discutir a política externa adotada pelo Estado Angolano, com foco na cooperação chinesa; (3) investigar os impactos sociais da cooperação, como acesso a serviços básicos, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento das comunidades locais.

Este tema foi escolhido com o objetivo de analisar, refletir e repensar os impactos que essa relação bilateral entre a China e Angola trouxe para o país africano, considerando tanto os ganhos quanto as perdas. É notório para a população que as obras oferecidas pela China não são duradouras. No âmbito da sociedade angolana, até os dias atuais, existe um lema ou slogan que diz "obra dos chineses não dura ou presta". Além disso, todas as coisas que não prestam são designadas com termo "é china". Esses são resultados que os angolanos enxergam internamente no país. Muitos não percebem que o problema não está apenas na mão de obra chinesa, mas também nos próprios governantes do país, que escolhem, dentro dessa cooperação, o pacote mais barato, muitas vezes, visando obter lucro pessoal. A China, por sua vez, não

intervém nas questões políticas internas do país e a questão da não imposição de condicionalidades, na maioria dos casos, leva os governantes africanos a privilegiarem este modelo de cooperação.

Do ponto de vista metodológico nos valem, para a construção deste artigo, de pesquisa de caráter bibliográfico, priorizando metodologia qualitativa para a análise dos dados. Foram realizadas análises de discursos e documentais, utilizando um conjunto bibliográfico de trabalhos sobre o tema em questão, bem como um levantamento de documentos legais e normativos, tais como a Constituição Angolana e o Diário da República. Além disso, nós valem também da análise descritiva.

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, arterial cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov & Freitas, 2013, p.54).

Assim, deste modo na pesquisa bibliográfica, vamos nos valer ou se apropriar como um caminho que buscará informações científica que nos dará acesso como: livros, revista, artigos e jornais, entretanto que por sua vez vai nos permitir adquirir as informações que é preciso para o artigo. É importante trabalharmos com esta pesquisa, de modo a auxiliar e construir as nossas ideias como uma felicidade.

De acordo com Lakatos (2003), a interpretação é fundamental para obter conhecimento e compreender além do que já está estabelecido, buscando as causas que são tratadas no cotidiano e explicando o que não está explícito. É um exercício mental que traz consigo diferentes formas de conhecimento. Vale salientar a importância de realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema antes de iniciar a pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, realizada no âmbito deste trabalho, utilizamos como fontes, livros, revistas, artigos e jornais para obter informações que auxiliaram na construção do artigo.

O artigo está constituído por esta introdução e mais quatro seções. Na sessão de número um procuramos evidenciar a contextualização político-econômica de Angola; já na segunda sessão, analisamos a Cooperação Internacional para o desenvolvimento e a Cooperação Sul-Sul; na terceira sessão, procuramos trazer uma visão panorâmica sobre como tem se desenvolvido a relação entre ambos países; na quarta sessão, procuramos compreender quais

seriam os impostos e resultados dessa cooperação na área da infraestrutura; por último, tecemos as considerações finais deste trabalho.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DE ANGOLA**

Do ponto de vista internacional e nacional, apresentou-se uma estimativa de que o PIB de Angola, em 2008, cresceu cerca de 87,5% bilhões de dólar, calculado pelo câmbio oficial (TCO). Registrou-se também que, em 2008, a taxa de crescimento foi de 13,4%, sendo na agricultura 6,6%, na indústria 67,8%, na manufatura 4,8%, e os serviços correspondiam 25,7% (Borges, 2012). Gonçalves (2010), por sua vez, mostra que a classificação de Angola na tabela mundial de PIBs é desproporcionalmente superior a ocupada no índice de desenvolvimento humano (IDH), fruto de um desequilíbrio histórico na má distribuição de riquezas.

O índice de bem-estar da população (IBEP), lançado pelo governo (Angola 2010), assinala que 36,6% vivem abaixo da linha da pobreza, segundo o método da renda diária de US\$ 2 (Angola, 2010). Colocando em dúvida a pertinência deste valor – usado internacionalmente – para fixar hoje a linha da pobreza, outras fontes acreditam que a porcentagem seja superior. Estas duas faces da conjuntura angolana são produto de longa caminhada histórica, desde que Angola começou a ser organizada como entidade territorial em 1576, com a fundação de Luanda. Eixo central da escravatura transatlântica durante quase três séculos, Angola teve o essencial de suas fronteiras fixadas por acordos coloniais no final do século XIX, quando iniciou o processo que lhe estabeleceu o perfil de exportador de bens primários, entre os quais, diamantes e café ocuparam as posições de topo até a década de 1960 (Gonçalves, 2010, p.76).

Percebe-se que a sociedade angolana ainda não possui política ou estratégias públicas eficientes para lidar com os problemas do povo. É difícil compreender como em um país com tantas riquezas minerais e naturais, o povo não tem saneamento básico digno. E o mais grave é que não existe uma diversificação da economia, dependendo majoritariamente de uma renda petrolífera que segura o país. Em 2001 registrou-se o PIB de US\$ 11 bilhões, que passou a cerca de 60 bilhões em 2007, segundo projeções do Ministério do Planeamento, referidas no Relatório Econômico de Angola (Ucan, 2007), e aos já referidos US\$ 87,5 bilhões em 2010 (Gonçalves, 2010, p.88).

Após a independência, em 1975, a máquina produtiva do país se viu parada de forma assustadora, onde os novos dirigentes não encontraram soluções para a recuperação, nem mesmo em sectores menos complicados, tais como a pesca, agricultura, pequeno comércio e setor de alimentos. Houve um momento em que a economia angolana teve um perfil quase

monoprodutor, onde o petróleo começou a financiar tudo, da importação de alimentos ao investimento em equipamentos de guerra. Posteriormente, em 1986, Angola teve uma baixa no preço do petróleo que gerou uma perda de 70 milhões de dólares. Neste caso a importação de alimentos foi muito reduzida, gerando aumento de penúria com preços que não paravam de crescer. A receita petrolífera aumentou proporcionalmente a produção – da ordem média de 450 mil barris diários, na década de 1980, a 1,8 milhão, em 2009 – e à subida dos preços, principalmente entre 2004 e 2008 (Gonçalves, 2010).

O índice de preços ao consumidor (IPC) (INE, 1992) apontou que 78% dos consumidores de Luanda, no início dos anos 1990, abasteciam-se nos mercados informais, contra 16% nas lojas oficiais e 5% nas “lojas complementares”, onde as aquisições se faziam em divisas (Gonçalves, 2010, p.82).

Historicamente o nome Angola deriva do nome da etnia “Ngola”, atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo, fixado no médio Kwanza. (Angola, 2015). O território de Angola contém muitas riquezas, recursos minerais e florestais, que contribuem para o PIB do país, que chegou a 4.170,31 USD em 2017. De acordo com Gonçalves (2010), o período da guerra que o país enfrentou impactou de forma grandiosa o desenvolvimento econômico e político do território. Segundo o Jornal de Angola (2022), no mês de junho de 2022 o país passou o segundo mês consecutivo como maior produtor de petróleo em África, ultrapassando a Nigéria. De acordo com dados divulgados pela organização de países exportadores de petróleo (OPEP), totalizou uma média de 1.17 milhões de barris de petróleo por dia.

De acordo com o Portal do Governo de Angola (2023), o executivo prometeu maior oferta de petróleo refinado no ano de 2024. O presidente mostrou-se satisfeito com nível de trabalho das obras do terminal oceânico, e aproveitou o momento para anunciar a inauguração de uma refinaria na província de Cabinda. Por outro lado, o executivo mostrou descontentamento com o fato de que um país da qualidade de Angola, o segundo maior produtor de petróleo a sul do Sahara depois da Nigéria, tivesse apenas a velha refinaria de Luanda como a única.

Segundo Jacinto (2018), o Estado de Angola mudou de regime político modificando a lei constitucional de 1992, constituição 5 de fevereiro 2010, adotando a democracia participativa e representativa a executivo. Assumiu assim o presidencialismo - um sistema de separação de poderes, onde o executivo e o parlamento estão separados - que, em Angola, tem o presidente determinando decisões nos três poderes do país, executivo, judiciário e legislativo.

A falta de um sistema eleitoral e a negação de representatividade antes da independência de Angola, aumentou o clima de intolerância e confronto civil, provocando destruições e fechamento de uma possibilidade econômica produtiva em várias áreas geográficas do país (Gonçalves, 2010). Ainda de acordo com Gonçalves (2010), Angola teve as realizações das primeiras eleições em 1992, com a vitória do Movimento de Libertação de Angola (MPLA), partido que vem governando o país desde o pós-independência até os tempos atuais, criando mudança do marxismo-leninismo para se enquadrar nos princípios da internacionalização socialista. Importa registrar que o MPLA teve como seu grande adversário o partido União Nacional Independência total de Angola (Unita).

É importante ressaltar ainda que, depois dos resultados favorecendo MPLA, a Unita saiu ao público fazendo acusações de fraude eleitoral sem apresentação de provas, um dos motivos que impulsionou a guerra civil. Apesar da confirmação da Organização das Nações Unidas (Onu) de que as eleições tinham sido livres e justas, o partido da oposição negou reconhecer os resultados. O prejuízo da guerra representou uma queda de 23% do PIB de Angola, e o país emergiu do conflito precisando de uma reestruturação interna. Assim, o governo do MPLA mobilizou os recursos petrolíferos, ao tempo em que a Unita tomou conta das áreas diamantíferas em meio a um processo ilegal com outros apoios dos países africanos. (Gonçalves, 2010).

Na perspectiva de Jacinto (2018), quando o primeiro presidente da República de Angola fez a Proclamação da Independência, em 1975, o país vivia num sistema de partido-estado nação, onde a soberania emanava do povo, assumindo a responsabilidade de um estado soberano, independente, unitário centralizado e democrático. Mais tarde criou-se a alternativa para o presidencialismo, onde os órgãos do poder político foram divididos em Presidência da República, Assembleia do Povo, Conselho da Revolução e Governo.

Somente em 1991-1992 ocorreu o acordo da paz entre os partidos MPLA e Unita, deixando acordada a realização de eleições gerais multipartidária, previstas no sufrágio universal, dando o direito a escolha do presidente e deputados da assembleia nacional. No entanto, não houve alterações significativas no sistema do governo angolano, e o presidente continuou a ser o chefe de estado e do governo. Na verdade, o que se viu foi o reforço de poderes, representação do Estado angolano e do governo, dirigir e coordenar a atividade do governo (Jacinto, 2018).

Partindo do ponto de vista econômico e político, Angola registra atualmente o pior momento histórico em uma profunda crise de instabilidade econômica e principalmente

política, por conta de uma péssima administração do país. Economicamente porque o país depende maior parte da receita petrolífera, não há incentivo para outras áreas, por exemplo, o investimento na agricultura seria uma boa opção sabendo que o solo do país é fértil, ou seja, a falta de diversificação na economia do país provoca essa dura instabilidade. Essa situação impõe certo desespero para o povo angolano que enxerga a prosperidade para o exterior e a perda de confiança no seu país. O progresso econômico do país está associado a procura mundial de petróleo, o que gerou uma expansão descontinuada, provocando no país números altos de desigualdade e pobreza. De uma forma simplificada, pode-se dizer que os problemas econômicos, dentre outros problemas no país, estão relacionados a uma fraca política de governança.

### **3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A COOPERAÇÃO SUL-SUL**

Segundo Souza (2014), os princípios da Cooperação Internacional para o desenvolvimento (CID) remetem à visão de um mundo pós-guerra formado pelos países ocidentais capitalistas. Já os países do bloco comunista e vários países que ficaram conhecido como do “Terceiro Mundo”, muitos desses países estavam em descolonização e dependiam de ajuda externa para deixar suas economias mais sólidas e seguir com as novas construções das suas instituições. Posteriormente, países membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), levantaram a CID, e, após o plano Marshall, passaram a ser visto como doadores tradicionais. Países do Sul global, por sua vez, mesmo com um agrupamento altamente heterogêneo, eram identificados como receptores de cooperação. Por outro lado, a CID contemporânea tornou-se mais complexa e multifacetada de tal maneira que suas utilidades das categorias e agrupamentos pelos atores no período pós-guerra tornou-se ainda mais inadequada.

Segundo Milani (2014) em 1980 as agendas da CID passaram a integrar os programas de ajustes estruturais, oriundos da crise enfrentado pelo Sul global. Mais tarde, com aumento dos problemas relacionados aos países ricos e pobres, a Cooperação deixou de lado os discursos relacionados à transformação na estrutura das relações Norte-Sul, priorizando a defesa do uso de condicionalidades. Simultaneamente, organizações não governamentais, empresas e fundações, passam a desempenhar papéis importante na CID. Vale salientar as diferenças de

aplicação de conceito que o Norte Global e o Sul aplicam, portanto, segundo Milani (2014), devido à compreensão política e econômica, surgem novos desafios para o entendimento no estudo da CID. O conceito de assistência usado pelos países desenvolvidos, é, assim, substituído pelo de cooperação. Neste caso, ao contrário de assistência, a Cooperação compreende uma relação de ganhos mútuos e participação ativa nos controles dos recursos. O mesmo se aplica ao conceito de doadores e receptores: o Sul global faz diferente, tratando-os como parceiros.

Importa salientar que a CID constitui um poderoso instrumento de promoção ao desenvolvimento, atuando em áreas como, por exemplo: manutenção da segurança pública; transparência e combate a corrupção; remoção de barreiras tarifária; desenvolvimento em infraestrutura; redução de custo de remessa; apoios em pequenas empresas etc. A CID, nesse novo regime global, teria que focar mais na inclusão e determinação na divisão de trabalho no intuito de explorar e melhorar as potencialidades, vantagens cooperativas, tal como outros fatores que pudessem contribuir para o desenvolvimento no século XXI. (Milani, 2014).

A definição de CSS, por sua vez, vai além da OAD. O próprio Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), compreende a CSS como aquela que possui um carácter genuíno na transferência de recursos e oferece programas de cooperação para a economia de países amigos/parceiros. Países como África do Sul, Brasil e China, entre outros, passam a ser considerados chaves para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento, e, por essa razão, passam a ser mais escutados e consultados, principalmente pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento. (Milani, 2014).

As práticas cooperativas, refletem-se desde longos séculos, sendo que tais práticas eram presentes nos povos primitivos nas suas atividades de colheita e produção de bens. Ao passar do tempo, a forma de cooperar foi sofrendo transformações. De acordo com Mutiti (2013, p.8), “a cooperação tem sido definida como um conjunto de relações que não estão baseadas na coação ou no constrangimento, mas legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes”. Na perspectiva da Silva (2007, p.6), a cooperação internacional “serve também como reforço político para o projeto/programa; cria ou estreita boas relações, exerce influência sobre os parceiros e funciona como efeito demonstrativo de liderança”. É importante ressaltar que os riscos em cooperar podem vir a ocorrer pela perda de liberdade de ação e na criação de dependência. (Silva, 2007, p. 6).

Como aponta Reisdorfer (2014), cooperar diz respeito ao trabalho simultâneo ou coletivo com as outras pessoas em busca de um objetivo comum. O termo cooperar procede etimologicamente da palavra latina *cooperari*, formada cum (com) e operari, que significa

trabalhar. Já a cooperação é compreendida como um método de ação na qual os indivíduos ou famílias com interesses comum, dentro de uma construção de empreendimentos onde existe uma lei severa para todos e as sobras alcançadas são divididas somente entre os associados, de acordo com sua participação na atividade societária. Sendo que esta cooperação significa unir e coordenar meios e esforços de todos para concretização de uma atividade comum, pretendendo alcançar um resultado procurado para todos.

Nas relações internacionais (Ris), segundo Mutiti (2013), a cooperação corresponde as ações dos Estados como atores unitários pensantes numa ética de sobrevivência política. A cooperação iniciou como um meio necessário de sobrevivência, e sobretudo como agrupamento de pessoas que na reciprocidade do seu trabalho, no conjunto de suas ideias e no esforço contínuo de suas ações, concretizam seus propósitos e os seus objetivos. Ou seja, para este autor, quando se trata do cooperativismo automaticamente estamos a falar da cooperação, onde as pessoas estabelecem relações entre si para alcançar um objetivo comum.

Ainda de acordo com Mutiti (2013), a cooperação internacional é uma sociedade ou acordo entre dois ou mais Estados em diversos domínios com objetivos de ganhos e benefícios mútuos. Portanto, não se trata somente de uma política de ajuda econômica ou cultural a territórios em vias de desenvolvimento, mas também da solidificação de laços em vários domínios da vida, seja econômica, política, social, cultural, científica e tecnológica entre países, para continuação de objetivos comuns no quadro bilateral e/ou multilateral. Neste sentido, afirma que “a cooperação tem se tornando um meio para se chegar a um determinado fim e não um fim em si mesma”. (Mutiti, 2013, p.8).

As relações internacionais amigáveis, por sua vez, não se debruçam somente no quadro da reciprocidade das “relações diplomáticas, consulares, diplomacia ad hoc”, onde os interesses dos Estados são satisfeitos pelo comportamento ou conduta de outro Estado e vice-versa. Vale ressaltar que, com a necessidade de fomentar o desenvolvimento social e econômico e preservar a paz mundial, a questão da pobreza, o trabalho análogo, as epidemias, o narcotráfico e o analfabetismo, os Estados desenvolvem relações de cooperação. De fato, a cooperação internacional, com efeito no desenvolvimento, simboliza o objetivo e o dever comum de todos os países. (Mutiti, 2013).

Para Silva (2007), a cooperação é a melhor maneira ou o único meio para alcançar objetivos comuns no mundo globalizado, sendo que a cooperação internacional abre janelas de oportunidades para os países em via de desenvolvimento. Na mesma linha, a autora mostra que a cooperação requer barganha para se realizar um acordo, e, neste caso, todos parceiros

procuram maximizar seus interesses. Neste sentido, compreende que a cooperação internacional é usada como um instrumento da economia e geopolítica, sendo que a importância dessa cooperação vai além da aproximação entre os povos. Ela é também regida por interesses políticos e econômicos, e o papel desta atividade tem sido guiado ou assegurado por chefes de Estados e suas grandes administrações.

A cooperação Sul-Sul, por sua vez, tem ganhado, nas últimas décadas, mais força e destaque internacional, devido a sua horizontalidade e perspectiva de oferecer benefícios mútuos. Burges (2012) afirma que o novo objetivo é usar a cooperação técnica Sul-Sul para alcançar as metas de desenvolvimento. Por outro lado, a China é o país mais discutido como fonte não vinculada ao Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). Os países que aderem a cooperação Sul-Sul têm seu próprio formato de fazer cooperação e os novos players não veem razão para entrar no CAD, ou continuar com o legado do Norte nas suas agendas de cooperação técnica. Ainda segundo Burges (2012), a contingência de despesas entre Norte-Sul para cooperação desenvolvimentista é enganosa e não se deve subestimar os impactos dos gastos do Sul. Para o autor, este formato de cooperação trouxe o renascimento da abordagem solidária do Sul para o desenvolvimento.

De acordo com Ullrich & Carrion (2015), é fundamental salientar que os países semi-periféricos e periféricos se empenham na busca dos seus espaços internacionalmente por meio estratégico da CSS. Tais países incorporam uma pequena revolução política ao organizar relações de resistência com os países centrais, buscando espaço no campo internacional. Para Souza (2014), o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), compreende a CSS como um sistema grande de colaboração entre países do Sul no domínio econômico, social, cultural, ambiental e técnico. Os representantes dos países emergentes consideram os princípios e os modelos da CSS opostos em relação aos da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), portanto não seria justificável comparar a CSS pelo mesmo critério e padrões da CAD. Um dos exemplos dessa avaliação, diz respeito ao Fórum de Alto Nível que houve em Busan, em 2011, onde teve-se a percepção que a CSS é fundamental e diferente da AOD. Por outro lado, a Onu tem manifestado incapacidade crônica de fiscalização e implantação das suas normas, situação que atrai busca por outros fóruns. (Souza, 2013).

Fazendo um panorama geral da cooperação Sul-Sul, de acordo com Burges (2012), a maioria das agências para o desenvolvimento reconhece que a cooperação contribui de forma significativa para o desenvolvimento, sendo um dos pontos que fortalece essa cooperação o fato de se basear na solidariedade e operar, em grande parte, fora do legado histórico do

colonialismo. Esse debate nos leva a compreender como a cooperação internacional para o desenvolvimento é pensada como uma estratégia usada para conquistar espaço na arena internacional. Portanto, não podemos fazer também a generalização das práticas da cooperação, pois são acontecimentos complexos, impactados por fatores de diversas ordens.

A cooperação é necessária para toda humanidade no âmbito da busca por alcançar resultados comuns. Se o caminho for o que satisfaz ambos lados, o mundo terá mais avanços no desenvolvimento. A cooperação internacional ou Sul-Sul, busca compreender as lacunas que o desenvolvimento representa de um determinado lugar em questão. Se bem utilizada, a cooperação pode ajudar o desenvolvimento de um povo ou território do ponto de vista econômico, social e estrutural. Adiante, buscaremos aprofundar um pouco sobre as relações entre China e Angola, analisando os processos cooperativos estabelecidos entre estes dois atores, na tentativa de entender como se estabeleceram e chegaram até os tempos atuais, ao longo de quarenta anos de diplomacia.

#### **4 RELAÇÕES CHINA - ANGOLA**

A política externa é o conjunto de processos decisórios e ações avançadas pelos Estados e executadas por órgãos próprios por meio da utilização de recursos e de instrumentos específicos. No que diz respeito a política externa de Angola (Pea), ainda é uma área pouco investigada. Mas é importante ressaltar que a Pea visa atender a um conjunto de objetivos, estratégias e ferramentas que o governo de Angola escolhe e aplica para entidades fora da sua jurisdição política, no intuito de manter a defesa e materialização dos interesses nacionais. (Bembe, 2016, *apud* Santos, 2012). Após a independência de Angola, de acordo com Bembe (2016, p.36), “o Governo angolano procurou que as capacidades nacionais que garantissem a sua legitimação internacional estivessem nas suas zonas de influência direta”. (Bembe, 2016, p.36). Portanto, a base da PEA sucede em uma grande medida pelo fato de Angola ser uma “nação” africana, dona de uma identidade histórica e cultural dividida com outras nações ao lado e com uma condição geoestratégica particularmente em vias marítimas e no cruzamento regional entre as Áfricas central e austral (Idem). Com o fim da guerra civil angolana surgiram diversos questionamentos sobre as relações entre Angola e seus vizinhos, sobretudo em questões de cooperação interestadual sobre assuntos de relevância estratégica para a região. (Lunguenda, 2021).

Existe um consenso entre os estudiosos de Relações Internacionais sobre a posição de agente regional importante que Angola tem e mantém desde 1975, ano de sua independência, sendo que em 2002, com o fim da guerra civil, as capacidades do Estado angolano incrementaram-se significativamente. (Silva, 2015). Na mesma linha de pensamento, Ricardo de Oliveira (2015) afirmou que a década do pós-guerra civil serviu de grande aprendizagem para os angolanos em matéria de política e economia. Com diferentes enfoques, exemplos e argumentos, muitos autores falam em ‘reformas’ quanto aos principais objetivos da política externa angolana do pós-guerra civil, tendo em conta que, em período de guerra como é compreensível, o Estado esteve diretamente focado na resolução dos problemas internos.

Ricardo de Oliveira (2015) afirma ainda que “na esfera internacional, o objetivo da reforma tem sido diminuir as pressões externas e melhorar a reputação de Angola” (Oliveira, 2015, p.191). Lunguenda (2021), por sua vez, indica que, para alcançar este objetivo, duas estratégias-chave que têm sido utilizadas pelo governo angolano. A primeira é a diversificação das parcerias, o que implica uma vontade do governo angolano de não permanecer na dependência exclusiva de parceiros tradicionais e é neste âmbito que devemos enquadrar a parceria com a China – tema central deste artigo. A outra estratégia consiste em reformular antigos alinhamentos. Aqui podemos pensar em alinhamentos que Angola tem com parceiros tradicionais como Portugal, de modo a procurar que os interesses nacionais do governo angolano também estejam significativamente presentes e sejam levados em conta. (Lunguenda, 2021, p. 20).

Percebe-se que o conflito interno foi uma das barreiras para o progresso ou desenvolvimento do país, mas não deveria ser justificativa para que permanecesse assim até os momentos atuais. Existe também falta de uma boa governança. O pós-guerra-civil serviu de lição para Angola, mas acabou, em contrapartida, gerando outros problemas que deixam o país comprometido. Geralmente trata-se aqui de casos de corrupção. Importa ressaltar que, Angola tem uma larga influência sobre os países da região. Portanto, o pós-guerra foi um momento marcante da política externa de Angola, onde o país ganhou mais peso e destaque, tanto no âmbito nacional como internacional.

As relações diplomáticas entre China-Angola são antigas, tendo celebrado, em 2023, quarenta anos de relacionamento. No entanto, os primeiros contatos da China em África remetem a tempos ainda mais antigos. Segundo Miguel (2016), as relações China-Angola sempre existiram desde a época colonial, e, após o fim da guerra civil em Angola, se encaixou perfeitamente com o assentamento da política de expansão da China, quando as empresas

privadas e estatais chinesas procuravam novos mercados. Segundo este autor, “a cooperação oficial sino-angolana, e com a África em geral, é dominada por empréstimos financeiros disponibilizados pelos seus principais bancos para a construção ou reabilitação de infraestruturas”. (Miguel, 2016, p.32).

Sousa (2013) alega que, na época em que ele escreveu sua obra, Angola e China celebravam trinta anos de fundação das relações diplomáticas. A assinatura oficialmente foi registrada em 12 de janeiro de 1983, em um ato formal de reconhecimento diplomático trocado entre ambos os países, um período memorável, tendo relações históricas muito anteriores cerzidas também por equívocos durante o período da luta de libertação angolana. É importante salientar que, mesmo com a consolidação da abertura da relação diplomática entre ambos os países em 1983, a cooperação efetivamente teve o início com o fim da guerra civil e com a decisão definitiva do estabelecimento da paz em Angola, em 2002. (Souza, 2013). Segundo Brito (2014), somente com fim da guerra civil em Angola, a natureza da relação entre ambos os países trasladou de segurança para uma cooperação econômica, particularmente com foco na reconstrução de Angola e na extração do seu petróleo.

De acordo com Sousa (2013), um dos fatores que impactou no atraso da formalização das relações Angola-China, diz respeito aos problemas internos que Angola enfrentava, referentes aos conflitos entre os partidos de libertação, que resultou na guerra civil que assolou o país. Conforme Morais (2011), as relações da China com África tiveram início somente no final da II Guerra Mundial, período em que a China estava preocupada com sua segurança e em aumentar os números de aliados. Foi por esta razão que começaram as relações bilaterais com a África.

Morais (2011) afirma ainda que, depois aproximação da China com a África, a China passou a incentivar que as relações políticas no continente ou, particularmente, em Angola, tinham que gerar avanços significativos. Em acordo de 1954, constavam algumas normas que incluíam a coexistência pacífica, onde ambos os estados tinham que ter o respeito mútuo a soberania e integridade territorial, não agressão, igualdade de vantagens, etc. O segundo foi a convocação da Conferência Afro-asiática, realizada em Bandung, na Indonésia, em 1955. Esta conferência tratou dos desafios econômico e políticos de ambos estados.

De acordo com Morais (2011), a política chinesa era de constituir relações diplomáticas com os países independentes, sendo assim, poderiam apoiar de forma ativa o processo de descolonização no continente. A China contrariava o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo, por meio da promoção das relações políticas com os países em desenvolvimento,

de modo alargar sua influência e fragmentar os bloqueios de grandes países europeus. Para Miguel (2014), por sua vez, a China procurou mudar a sua direção para África, ao longo da sua trajetória, buscando novos mercados e aplicação da política externa chinesa (PECh) para internacionalizar mais seus trabalhos. É importante ressaltar que a China fez do continente africano uma oportunidade de negócios e grande mercado para o consumo dos seus produtos, criando um excelente fornecedor de matérias-primas e principalmente de recursos naturais e humanos.

Por meio da diplomacia econômica, a China conservou sua relação com a África procurando se posicionar consideravelmente quanto a sua área de influência, e proceder com sua ofensiva de diplomacia econômica para obtenção de novas fontes de recursos naturais para suprir sua imensa procura de energia, oferecendo, em contrapartida, muitas oportunidades e investimentos para o continente africano. Desta forma, em relação ao continente africano, a China lucra com o investimento de infraestruturas, na qual Angola tornou-se um grande parceiro econômico, com dívida perdoada e com empréstimos sem condicionalidades. (Miguel, 2014).

Miguel (2014) segue afirmando que, por mais de duas décadas, a China procurou uma nova política externa, baseada não somente no consumo do petróleo, mas também na diversificação das fontes energéticas e na criação de novas parcerias. Essa política adotada pela China chamou a atenção dos países africanos, sendo que Angola se destacou como o maior parceiro comercial da China na África, com comércio bilateral alcançando a soma de aproximadamente 30 milhões de dólares em 2008, antes da crise financeira internacional. Após seis anos, a estimativa subiu para 50 milhões de dólares, sendo que Angola junto com a Arábia Saudita formam os maiores fornecedores de petróleos da China. É importante ressaltar que a China através da sua política de *soft power*, com investimento direto externo (IDE), colocou em África os seus interesses estratégicos, de modo a garantir aproximação das fontes de recursos naturais, matérias primas e novos mercados.

A estratégia criada pela China em Angola não mudou com os demais países africanos, ou seja, a China usa o mesmo modelo para diversos países do continente. Nesta relação, outros países da África, tal como Angola, recebem linhas de crédito, empréstimos, por vezes infraestruturas, em troca dos recursos naturais que são fundamentais para o desenvolvimento da economia chinesa. No caso de Angola, o que mais atrai a China é o petróleo e outros recursos naturais.

Segundo Miguel (2014), as atuações dos investimentos chineses foram feitas algumas críticas por antigos colonizadores, considerando-se a relação da China para África como uma espécie de neocolonização. É importante ressaltar que a China não se preocupa com as políticas internas dos países onde investe, desde que os acordos sejam cumpridos, ao contrário de outros doadores que impõem condicionalidades. A China ignora as boas práticas convencionais pelas instituições internacionais, entre elas a de fazer exigência ou incentivar o país que está em cooperação a fazer uma boa governação. A África é um continente que está as voltas com ditaduras, governos totalitários, e o investimento chinês serviu, muitas vezes, para proteger alguns governos, como é o caso de Angola, onde o partido no poder permanece desde a independência do país até os dias atuais.

De acordo com Sousa (2013), a China vem sofrendo várias críticas no cenário internacional, no que diz respeito à violação dos direitos humanos, seja pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (Onu) ou provenientes de organizações não governamentais. A China não somente tem sido criticada neste âmbito, mas também é vista como uma espécie de ameaça na arena internacional de proteção aos Direitos Humanos. Neste sentido, a China é indiciada por reconhecer governos africanos acusados de promoverem sérias violações de direitos humanos, no intuito de manter suas relações comerciais com eles. Para Sousa (2013), essa relação da China com os países africanos incentiva ainda mais práticas de violação de Direitos Humanos no continente africano.

Importa ressaltar que, nessa relação com Angola, a China leva todos seus funcionários para atuar ou executar suas respectivas funções, contribuindo com número de desemprego no país. De acordo com jornal de Angola Rfi (2022), as empresas chinesas estão sendo acusadas de violar regulamentos laborais. Cerca de quatrocentos trabalhadores realizaram greve devido ao não cumprimento das regras laborais em Angola, e existem denúncias por parte dos sindicatos em função da prática de trabalho escravo. As horas laborais previstas na lei constitucional do país não são respeitadas e grande parte das empresas chinesas em Angola estão envolvidas em obras de infraestruturas do Estado e indústrias privadas, em parceria com empresários angolanos. (*Idem*).

Barrego (2015) alega que tal trajetória dos chineses em solo africano, indica uma ascensão histórica de um “gigante adormecido”. Por outro lado, a China tem levado uma política externa muito oposta dos demais estados comparáveis, no que concerne a concentração de poder dentro da arena internacional. A nova visão da China na África, é sustentada pelas preocupações internas do continente. Portanto, cabe o questionamento: *quais são os objetivos*

*que levam os Estados africanos, sem exceção de Angola, em querer cooperar com China? Diz respeito a “própria diplomacia chinesa, que estabelece alguns princípios da coexistência pacífica (igualdade, benefício mútuo, não agressão, não ingerência nos assuntos internos, respeito à soberania)”*. (Barrego, 2015, p.2). Outro aspecto importante é que um dos critérios da China, que se apresenta como prioridade no acordo de cooperação, é o não reconhecimento de Taiwan por Angola.

Na perspectiva de Gonçalves (2016), um dos fatores da política chinesa é a não interferência nos assuntos internos. Angola, desde então, vem despertando atenção e os interesses da China na África, devido sua grande riqueza em recursos naturais e minerais. Não é por acaso que Angola superou a Arábia Saudita como principal fornecedor de petróleo para China. O governo chinês abriu linha de crédito para apoiar nas infraestruturas de Angola deteriorado durante o período da guerra civil. Para Lunguenda (2021), a Relação sino-angolana tem como base fundamental o interesse chinês por recursos naturais de Angola, sobretudo pelo petróleo. Já Angola tem interesse nessa relação porque vê na China um parceiro disposto a financiar projetos de reconstrução nacional. Compreende-se que a China possui uma ideia de expansão bem elaborada, agindo de maneira determinada para se tornar uma potência econômica global. As questões como falta de democracia, pluralismo, liberdade de imprensa direitos humanos etc., mostram que não estão a impedir o seu crescimento e consequente poderio político (Idem). De acordo com Miguel (2016, p. 33):

A República Popular da China é hoje um parceiro imprescindível para o desenvolvimento do nosso Continente. Para confirmar, basta ter em consideração que desde 2013 a China se tornou o maior parceiro comercial de África e aumentou em mais de 44 por cento o seu investimento directo em África. Esta parceria, assente na igualdade e benefícios mutuamente vantajosos, pode também, para além de contribuir para o desenvolvimento dos nossos países, ajudar no estabelecimento de uma nova ordem política e económica internacional e promover a democratização das relações internacionais (Miguel, 2016, p.33).

É possível afirmar que essa relação sino-angolana é uma estratégia da China em querer manter sua influência sob determinado espaço, a fim de buscar resultados ainda mais altos para sustentação das demandas de seu mercado. Democracia e direitos humanos em Angola ainda são problemas graves de se resolver, uma vez que, em Angola, os direitos humanos são violados diariamente. A constituição angolana diz que o poder emana do povo, mas, na verdade, este é um paradoxo com realidade do povo local. Neste sentido, a dívida de Angola para com a China pode indicar uma nova forma de dominação da China em Angola.

Contrário do que acontece com a literatura sobre as relações sino-africanas, quando analisamos a literatura sobre a relação entre Angola e a China, identificamos um consenso quase generalizado sobre a natureza dessa relação, no sentido em que ambos os países praticam a diplomacia em posições de igualdade. Neste sentido, Assis Malaquias aponta que a relação entre Angola e a China, é uma relação em que ambas as partes saem como winners. Quanto à China, o autor sugere que o país tem benefícios porque Angola representa um forte fornecedor de petróleo, disposto a negociar com a China. Por sua parte, Angola também tem ganhos por encontrar na China um parceiro que fornece assistência crucial no processo de reconstrução pós-guerra de Angola. O autor reconhece também que se trata de uma relação cada vez mais em crescimento, mas questiona se esta relação tem as bases suficientes para se prolongar no tempo (Lunguenda, 2021, p.24).

O país asiático foi bem estratégico na relação sino-angolana, tanto que Angola estava acabando de sair de uma destruição interna, e precisava de cooperação para sua reconstrução. Mas o que é perigoso nesta relação é o Estado de Angola não investir na diversificação da economia, o que provoca dependência do petróleo como renda única do país, fazendo do com que seu endividamento com a república da China se torne cada vez mais grave. Uma vez que o país africano não tem meios de pagar em dinheiro, a dívida é quitada com a exploração dos seus recursos minerais e naturais. No entanto, estas fontes não são inesgotáveis.

Angola assumiu um novo modelo diplomático que significa “modelo de Angola”, onde a ideia da cooperação chinesa é ganha, tanto que o envolvimento da China no programa de reconstrução nacional estimulou mais ainda o meio de garantir o contínuo acesso ao petróleo. Portanto, essa mesma linha de crédito e financiamento por parte da China nos países africanos, tem como estratégia garantir acesso aos recursos naturais. (Lunguenda, 2021). Para Rodrigues (2021, p.66) “a República Popular da China tem vindo a desenvolver a sua diplomacia económica através da cooperação, investimento e comércio no continente africano, reforçando assim o seu diálogo Sul-Sul e o “soft-power” nas relações internacionais”.

Podemos dizer que a China foi muito estratégica em apoiar a independência e a pós independência com novas construções de infraestruturas em Angola. A sustentabilidade dessa relação bilateral trouxe muito ganhos para ambas as partes, principalmente para a China que procurava levantar suas indústrias. Não é por acaso que essa diplomacia vem se intensificando cada vez mais, sobretudo devido a política de não condicionalidades e dos juros baixos. Mas essa cooperação apresenta alguns pontos negativos e positivos. Os pontos negativos caracterizam-se pelos custos baixos, o que acaba comprometendo a qualidade das infraestruturas, que findam por ter duração de curto prazo. Por outro lado, como ponto positivo, o Estado angolano consegue atingir os seus objetivos mesmo com estes dilemas.

## **5 IMPACTOS E RESULTADOS DA COOPERAÇÃO CHINESA EM ANGOLA NO ÂMBITO DA INFRAESTRUTURA**

De acordo com jornal Maka Angola (2017) a China obedeceu ao “modo angolano”, modelo este que teve início com empréstimos de bilhões de dólares, com taxas de juros baixas concedidas ao governo angolano. O governo de Angola usava estes empréstimos na construção de infraestruturas concretizadas pelas empresas chinesas, em seguida os empréstimos eram pagos por Angola a China em petróleo ou minérios. A China foi instalando este método por quase toda África, tornando Angola a sua base de influência no continente. Por outro lado, o mesmo jornal afirma que os problemas internos angolanos também podem estar relacionados com a política de não intervenção da China, que acaba se tornando cúmplice de problemas no país, sobretudo ligados a repressão e corrupção.

O Jornal DW (2018) alega que as obras chinesas em Angola são indicadores de má qualidade, ou seja, os trabalhos realizados pelas empresas chinesas em Angola, deixam muito a desejar. Casas, estradas e hospitais, construídos por tecnologia chinesa apresentam vários problemas em curto prazo, por falta de fiscalização e corrupção direta. É importante ressaltar que este Jornal faz uma análise interessante do acordo de cooperação, afirmando que a matriz chinesa não prioriza a qualidade, mas trabalha pela satisfação das necessidades de todos. A construção abraçou, assim, uma regra no sentido de construir quantidade. Neste caso, a opção por quantidade garante o preço baixo e a qualidade acaba ficando comprometida.

Muitos não percebem, no entanto, que a responsabilidade não está só na China, como também nos próprios governantes do país que escolhem, dentro dessa cooperação, os pacotes mais baratos. Ressaltamos aqui a corrupção política, e a não intervenção chinesa nas questões políticas internas do país. De acordo com o jornal DW (2023), Angola é o maior devedor africano à China, e foi o país que mais recebeu empréstimos nas últimas vinte décadas, totalizando quarenta milhões de dólares. O Instituto Chatham House, do Reino Unido, mostra que as dívidas dos países africanos devem ser encerradas como uma prioridade global. É importante salientar que as empresas chinesas, assim como o seu modelo de negócio e o seu modo de operar, têm sido alvos de diversas críticas, nomeadamente na forma de pagamento e na instabilidade laboral (Barrego, 2015, p. 129):

Segundo o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), as empresas chinesas violam com frequência as leis laborais e estimulam jornadas de trabalho de oito horas diárias. Conclui-se também, que os trabalhadores angolanos que trabalham em empresas chinesas realizam mais trabalho, por menos salário (Santos e Quintão

2011)..Para além disso, existem incompatibilidades culturais, e sociais entre os trabalhadores angolanos e chineses. Existe uma preferência por parte das empresas chinesas em adquirir trabalhadores chineses, da mesma forma que os angolanos têm uma preferência explícita por trabalhadores angolanos. A chegada de trabalhadores chineses em Angola é claramente um acontecimento social relevante, num continente que apresenta taxas de desemprego significativamente elevadas. Contudo, é de mencionar que a maioria das empresas chinesas, não respeitam algumas cláusulas relativamente a subcontratarem no mercado angolano. Levando em conta, as observações mencionadas, “pode-se concluir que o governo angolano deverá criar condições necessárias que garantam as condições de trabalho em geral, e nas empresas chinesas em particular. (...) o intercâmbio cultural, económico e profissional poderá trazer grandes benefícios” (Santos e Quintão 2011:3). Todavia, as empresas chinesas têm a capacidade de eliminar a concorrência, no mercado dos têxteis chineses esse é o seu ponto forte. O mercado de Angola possui uma vasta clientela exigente e com sede de produtos baratos (*Idem*, p. 129, 2015).

É presente em Angola que as empresas chinesas não respeitam os trabalhadores locais, violando os seus direitos. Essa conduta dos chineses leva os funcionários locais a ficarem frustrados com um salário que não é digno e, conseqüentemente, com a desvalorização da sua dignidade como cidadão. O número de pessoas desempregadas em Angola é alto. Só para se ter uma ideia, o Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (INE), relata que em 2022, o percentual de desemprego em Angola foi de 29,60 %. Em 2018/2019 a pobreza monetária subiu 40,60 % no país angolano.

Na perspectiva da Barrego (2015), um dos principais fatores de tensão com relação a presença chinesa em Angola, diz respeito ao desemprego. Por regra estabelecida, os emigrantes chineses permaneceriam no país dois anos e depois deveriam regressar para o país natal, mas não isso que acontece e muitos abrem seus micros negócios e permanecem no país. Por outro lado, o grande progresso desta relação vai de encontro a necessidade de alimentar as demandas de recursos energéticos por conta da China, que vai em direção da urgência de Angola em explorar seus recursos para garantir a manutenção do MPLA no poder.

Para muitos analistas, esta cooperação sino-angolana vai durar muito tempo. Segundo o portal oficial do governo de Angola, neste ano de 2023, Angola recebeu o convite para participar na terceira edição da feira de comércio e investimento China-África, ocorrida em junho, na China. Na ocasião foi discutido como está sendo o progresso das obras financiadas pela China e analisadas novas formas de cooperação em diversas áreas, incluindo investimento para formação e outros setores econômicos e sociais.

Em resumo, a presença chinesa em Angola no pós-guerra, trouxe algumas melhorias no progresso do país. Segundo Barrego (2015), o setor das obras públicas, teve a reabilitação de pontes, estradas e o desenvolvimento de novas infraestruturas, recuperação de caminho de ferro,

e a área de educação e saúde também foram prioridade. Rodrigues (2021), por sua vez, ressalta este tipo de relação como “modo Angola”, que se constitui em um tipo de acordo de financiamento garantido por recursos naturais, sendo que Angola foi o primeiro grande impulsionador deste método.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo geral, analisar a cooperação Angola-China na área de infraestrutura, e os impactos desta no desenvolvimento de Angola. Portanto, com base nos resultados encontrados na pesquisa realizada, pode-se apontar que o objetivo proposto foi obtido. Dentre os principais resultados destaca-se, a não condicionalidade da China para com Angola e a não interferência na política interna do país, e no caso da China, os seus interesses continuam devido os recursos naturais e minerais que Angola possui. Por outro lado, apresenta-se uma urgência e necessidade que Angola tem para avançar nas áreas de infraestruturas, mas que o governo deixa ainda muito a desejar nessas áreas, com projetos e obras a curto prazo para população local. Destaca-se também o problema interno, que está associado ao fenômeno da corrupção, que é um dos males que estimula mais ainda os problemas sociais do país, gerando mais pobreza, desigualdade social, econômica e política.

É importante salientar que, desde a independência de Angola, a China tem desenvolvido laços cada vez mais fortes com o país, por meio da sua diplomacia através do *Soft Power*. O investimento e estratégia que denominamos “Modo-Angola”, são os métodos usados nesta relação com a China que implicam financiamentos para reconstrução e qualificação das infraestruturas angolanas em troca de recursos minerais do país, propriamente o petróleo. Nesta relação os ganhos são mútuos para os dois lados. No entanto, futuramente essa relação pode vir a estar comprometida por vários fatores, dentre os quais o esgotamento das fontes minerais do país.

Almejou-se, neste trabalho, portanto, valendo-se de um estudo de caráter bibliográfico e também de pesquisa de campo, priorizando metodologia qualitativa para a análise dos dados, analisar a relação cooperativa entre a China e Angola, particularmente no âmbito da infraestrutura. Identificou-se que os problemas relacionados a infraestruturas com uma durabilidade a curto prazo, faz com a população angolana perca a credibilidade ou desacredite na potencialidade Chinesa. Neste sentido, salienta-se que, não é do conhecimento da sociedade

civil local, que cada acordo é oferecido como um pacote, e que, por sua vez, os governantes angolanos criam preferências por “pacotes mais baratos”, de modo que possa haver obtenção de lucro pessoal.

Não obstante a atual conjuntura, faz-se necessário que o Governo angolano crie estratégias eficientes para o futuro, de modo a evitar gastos de orçamento de uma forma desproporcional. Um dos problemas relacionado ao investimento e estratégia chinesa é o “modo Angola”, que, por sua vez, abre caminho para exploração de recursos naturais e minerais em troca de tecnologias no país. Este procedimento garante o abastecimento do mercado chinês com os devidos recursos, caso concreto é o petróleo, um elemento fundamental para sustentação dos seus projetos e segurança energética. É importante ressaltar que China participou e participa no desenvolvimento de Angola, e que as relações cooperativas entre os países têm se mostrado elemento importante no âmbito deste desenvolvimento, ainda que as falhas de infraestrutura possa estar gerando conflitos.

## REFERÊNCIAS

ANGOLA. PORTAL OFICIAL DO GOVERNO DE ANGOLA. **Executivo garante maior oferta de petróleo refinado a partir de 2024**. Disponível em: (<https://governo.gov.ao/noticias/979/governo/terminal-oceanico/executivo-garante-maior-oferta-de-petroleo-refinado-a-partir-de-2024>). Acesso em: 11 setembro de 2023.

BARREGO, Joana Filipa Jerónimo. **África como centro de interesse na política externa da China**. Caso de estudo Angola. Covilhã, Abril de 2015.

BURGES, Sean. **Desenvolvimento a Partir do Sul: Cooperação Sul-Sul No Jogo de Desenvolvimento Global**. Austral: Revista Brasileira de estratégia e Relações Internacionais. V.1, n.2, Jul-Dez 2012 | P.237-263.

CNN Brasil. **China mantém importações recordes de petróleo Russo em julho e reduz compra Saudita**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/china-mantem-importacoes-recordes-de-petroleo-russo-em-junho-e-reduz-compra-saudita/>. Acesso em: 06 julho de 2022.

DW: **Obras chinesas em Angola são sinônimo de má qualidade**. Disponível em: <https://amp.dw.com/pt-002/obras-chinesas-em-angola-s%C3%A3o-sin%C3%B3nimo-de-m%C3%A1-qualidade/a-44995560>. Acesso em: 08 agosto de 2018.

GONÇALVES, Jonuel. **A Economia de Angola: da Independência a Crise Mundial 2008**. Rio de Janeiro, revista tempo do mundo | rtm | v. 2 | n. 3 | dez. 2010.22

GONÇALVES, Sonia Delindro. Et al. **Política externa e investimento Brasileiro em**

**Angola.** Austral: revista brasileira de estratégia e relações internacionais|v.5.n9, jan/jun.2016| p.249-273.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (2014). **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola.** Luanda: INE, 2016.

JACINTO, Victor Mulombo. **O presidencialismo em Angola, gênese, evolução e características do sistema 2010-2015.** Instituto superior de ciências sociais e políticas, universidade de Lisboa (ISCSP), [www.iscsp.uusboa.pt](http://www.iscsp.uusboa.pt), 2018.

JORNAL ANGOLA. **Empresas chinesas acusadas de violar regulamento laborais.** Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20220223-angola-empresas-chinesas-acusadas-de-violar-regulamentos-laborais>. Acesso em: 23 fevereiro 2022.

JORNAL DE ANGOLA. **Angola é o maior produtor de petróleo em África.** Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-e-o-maior-produtor-de-petroleo-em-africa/>. Acesso em: 17 julho 2022.

JORNAL MAKANGOLA: **O erro da China em Angola.** Disponível em: <https://www.makangola.org/2017/04/o-erro-da-china-em-angola/>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

KI-ZERBO. **Para quando África.** Entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MIGUEL, Amorozo. **Internacionalização Angola, China, Cooperação, Desenvolvimento.** Estudante, pensador e analista angolano (2014).

MORAIS, Hugo, André Pires Miranda. **Envolvimento Multifacetado da China em Angola.** Universidade Técnica de Lisboa, p.1-70, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Angola Map.** N.3727, Ver.4. Department of Field Support. Ago.2008.

NELSON, Sonia, Ambrósio De. **Expansão econômica e Influência da China.** Néasia-núcleo de Estudo Asiáticos. Cingapura. P.1-9, 2016.

OLIVEIRA, Silva de. **Olhar a pobreza em Angola:** causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. Ciências Sociais. Unisinos v.48, n.1.p. 29-40, jan. /abr. 2012.

PACHECO, Luis. COSTA, Paulo. TAVARES, Fernando Oliveira. **História económico-social de Angola:** do período pré-colonial á independência. Porto: CEPES, 2018.

PASCOAL, Ana, Mutiti Manuel. **Impacto da cooperação Angola-China na Construção de Infraestruturas e no Desenvolvimento Social e Económico.** Universidade de Évora, P.1-87, 2013.

PRODANOV. Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia **Do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. Ed. Novo Hamburgo- Rio Grande do Sul. 2013.

REISDORFER, Kochhan Vitor. **Introdução ao cooperativismo** /– Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RODRIGUES, Beatriz Castro. **Uma abordagem política e econômica entre China e Angola**. 2º ciclo estudos africanos, faculdade de letras, Universidade do Porto, p.2-108, 2021. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento / organizador: André de Mello e Souza. [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. : il., gráfs. Color.

SILVA, Darly Henriques Da. **Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: Oportunidades e Risco**. Rev. Bras. Polít. Int. 50 (1): 5-28 [2007].

SOUSA, Ivo Carneiro de. **China e Angola: Trinta anos de Relações Diplomáticas**.<https://www.researchgate.net/publication/279199125>, 2013.

ULLRICH, Danielle e CARRION, Rosinha. **Gestão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sul-Sul à Luz dos Postulados e Princípios da Gestão Social**. CADERNO CRH, Salvador, V.28 n. 75 p. 657-669, Ser./dez. 2015.

UOL. **Brasil perde lugar em ranking de maiores exportadores do mundo**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/04/05/brasil-perde-lugar-em-ranking-de-maiores-exportadores-do-mundo-veja-lista.htm#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20o%20Brasil,seguido%20por%20EUA%20e%20Alemanha>. Acesso em: 05 abril de 2023.

VELLUT, Jean-Luc. **A bacia de Congo e Angola**. In: AJAYI, J. F. A de. (Org.). História geral da África, VI: África do século XIX à década de 188. Brasília: UNESCO, 2010. P.343-376

ZAU, Filipe. **Angola: Trilho para o desenvolvimento**. Universidade aberto, cidade Lisboa. Ed Universidade Aberta. 2002.